



POLÍTICA +

Rosane de Oliveira

rosane.oliveira@zerohora.com.br
zerohora.com/rosanedoliveira
@rosaneoliveira

Com Débora Cademartori debora.cademartori@zerohora.com.br 3218-4387

**PSDB E PTB
ENSAIAM ALIANÇA**

O primeiro esboço de aliança para o governo do Estado em 2018 tem como protagonistas o PSDB e o PTB. O nome para encabeçar a chapa é o de Eduardo Leite, que deixará a prefeitura de Pelotas em 1º de janeiro e viajará para os Estados Unidos a fim de passar uma temporada estudando gestão pública.

Convidado com insistência a integrar o governo de José Ivo Sartori, o PTB não aceitou e não aceitará cargos, para manter a independência.

As prefeituras de quatro das maiores cidades do Rio Grande do Sul serão um campo de provas para a convivência entre PSDB e PTB na administração.

O PTB participará das gestões tucanas em Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria. O PSDB terá um papel importante na administração do PTB em Canoas.

NA SEGUNDA-FEIRA, O GOVERNADOR JOSÉ IVO SARTORI VAI À SEDE DA FAMURS EXPLICAR OS DETALHES DO PACOTE AOS PREFEITOS. DEPOIS DO ENCONTRO, OCORRERÁ VOTAÇÃO PARA DEFINIR A POSIÇÃO DA ENTIDADE.

**MANUTENÇÃO DA
FEE GANHÁ FORÇA**

De todos os órgãos que o governo propõe extinguir no pacote que tramita na Assembleia, nenhum tem tanto apoio de peso para continuar existindo quanto a Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Da ex-presidente Dilma Rousseff ao ex-secretário da Fazenda Aod Cunha, passando por ex-secretários de Planejamento de diferentes governos, formou-se uma corrente em torno da fundação criada há 43 anos, mas que teve origem na segunda metade do século 19.

Um dos principais defensores da preservação da FEE é o economista Cláudio Accurso, 87 anos, que foi secretário de Planejamento no governo de Pedro Simon. A explicação dele para o projeto do Piratini é ácida:

– O governo quer acabar com a FEE porque não conhece os dados que ela produz. Não precisa deles, porque não faz planejamento. Sem planejamento, não existe futuro.

BRASÍLIA NÃO É PARA QUALQUER UM

Para entender as relações de poder em Brasília, é preciso sair da superfície, ir além das aparências e do senso comum. Essa advertência é necessária para compreender algumas das cenas da passagem do juiz Sérgio Moro pelo Senado ontem, para participar de discussão sobre o projeto que trata de abuso de autoridade, repudiado por juizes e membros do Ministério Público. Atenção: não se está falando aqui da emenda aprovada na Câmara no bojo das 10 medidas contra a corrupção, que viraram pó nas mãos dos deputados.

Moro sentado ao lado do presidente do Senado, Renan Calheiros, já é uma cena em que um dos dois parece estar fora do lugar. Ouvir de Renan que “a Lava-Jato é sagrada”

soa como piada. Ou Renan tem um conceito muito particular de sagrado, ou a declaração é a mais perfeita tradução de hipocrisia e cinismo em políticos.

A passagem do juiz mais popular do Brasil por uma das maiores concentrações de figuras que questionam suas ações rendeu outras cenas incompreensíveis para quem não vive ou não conhece os ritos da Corte.

No momento em que os deputados estão sendo crucificados por desfigurarem as 10 medidas produzidas pelo Ministério Público Federal, o apoio veio de um ministro do Supremo Tribunal Federal, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes.

A defesa dos deputados surpreende quem não acompanhou as críticas de Mendes às medidas do MPF, que ele sempre viu com

restrições. O ministro divergiu de Moro na forma e no conteúdo. Rebateu a opinião do juiz, de que não é o momento para votar a Lei de Abuso de Autoridade e de que as emendas aprovadas na Câmara intimidam os juizes.

Gilmar disse que é, sim, o momento de votar a lei que pune o abuso de autoridade e elogiou a Câmara por ter modificado o pacote anticorrupção, especialmente no que diz respeito à rejeição da prova ilícita obtida de boa-fé e às restrições ao habeas corpus.

O ministro ainda ironizou o fato de o pacote das 10 medidas de combate à corrupção ter sido de iniciativa popular:

– Duvido que esses 2 milhões de pessoas tivessem consciência disso, ou de provas ilícitas, lá no Viaduto do Chá (SP). Não vamos canonizar iniciativas populares.

ALIÁS

É imperdível a entrevista do ex-ministro Joaquim Barbosa, do STF, publicada ontem na Folha de S. Paulo. Barbosa diz que o impeachment de Dilma Rousseff foi um erro e que o governo de Michel Temer corre o risco de não chegar ao fim.



**SILÊNCIO E
INDIGNAÇÃO**

Em protesto à desfiguração das 10 medidas de combate à corrupção, inicialmente patrocinadas pelo Ministério Público Federal, integrantes do Judiciário e do MP gaúcho realizaram ontem, em frente ao Tribunal de Justiça, em Porto Alegre, “um minuto de silêncio pela democracia”. O ato criticou principalmente a emenda aprovada no plenário da Câmara dos Deputados, que propõe punir o abuso de autoridade praticado por magistrados e procuradores.

Para o presidente da Associação dos Juizes do RS, Gilberto Schäfer, o pacote votado na madrugada de quarta-feira é uma retaliação ao trabalho da Justiça e

da promotoria. Chefe do MP no RS, o procurador-geral Marcelo Dornelles comparou o pacote à PEC 37 (lei da mordada):

– Há quatro anos, estávamos pagando sozinhos esse preço com

a PEC 37. Já estavam de olho na movimentação do MP no enfrentamento da corrupção. A população nos salvou na última hora. Pouco tempo depois, como não conseguiram, colocaram junto o Poder Judiciário.

O presidente do TJ, Luiz Felipe Difini, não participou do ato. Ele embarcou na quarta-feira para João Pessoa, onde participa do Encontro do Conselho dos Presidentes de Tribunais de Justiça.

CRÍTICA COM ENDEREÇO

Durante o protesto de juizes e promotores, o presidente da Associação do Ministério Público, Sérgio Harris, criticou o prefeito eleito da Capital, Nelson Marchezan, por seu voto à emenda mais polêmica:

– Ele foi a favor da corrupção e não poderia ter feito isso, porque tem um compromisso com a sociedade porto-alegrense, de combate à corrupção. Ele é a favor de um projeto que mania juizes e promotores a dois meses de assumir a prefeitura. Por quê? Ele não quer fiscalização na gestão dele?

À COLUNA, NELSON MARCHEZAN DISSE QUE O VOTO FOI COERENTE COM O QUE SEMPRE DEFENDEU NO PLENÁRIO E ACUSOU: – QUEM NÃO GOSTA DE TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO SÃO ELES, JUDICIÁRIO E MP.

NO MEIO DO PROTESTO

Filiado e atuante no PDT, partido autor da emenda mote do protesto de ontem, Vieira da Cunha participou do minuto de silêncio ao lado de desembargadores, juizes, promotores e procuradores. O pedetista retomou a carreira no MP logo depois que desistiu de concorrer à prefeitura de Porto Alegre, em julho.

Sorridente, Vieira instalou-se em meio aos colegas, na escadaria do prédio do TJ, mas não pediu a palavra durante a manifestação.